

RESENHA

PLENS, Cláudia R. (org.). (2022). *Direitos Humanos sob a perspectiva do direito à vida, da Antropologia Forense e da Justiça no caso de violações*. São Paulo: Annablume Editora. 390 p. ISBN-10: 6556840637.

Sebastião Lacerda de Lima Filho¹

Marcos Tadeu Ellery Frota²

Allysson Allan de Farias³

Resenha de Direitos Humanos sob a perspectiva do direito à vida, da Antropologia Forense e da Justiça no caso de violações

A obra "Direitos Humanos sob a Perspectiva do Direito à Vida, da Antropologia Forense e da Justiça no Caso de Violações", organizada pela arqueóloga e professora de Arqueologia Histórica do Departamento de História da Unifesp, Dra. Cláudia R. Plens, reúne uma coletânea de 17 artigos escritos por diversos pesquisadores e especialistas de renome em áreas que dialogam com o campo dos direitos humanos, mais especificamente no que tange ao direito à vida, à antropologia forense e à busca por justiça diante das violações desses direitos. Publicada em 2022 pela editora Annablume, a obra assume uma importância ímpar na reflexão contemporânea sobre a relação entre a proteção dos direitos humanos e os mecanismos institucionais de apuração e reparação das violações.

Desde o início, é possível perceber que a obra aborda o tema dos direitos humanos de uma maneira multidisciplinar, explorando diferentes perspectivas que vão desde a análise jurídica até as contribuições de campos como a antropologia forense e sua relação, por exemplo com a justiça criminal, a exemplo do capítulo intitulado "Direitos Humanos e Atividade Policial", de autoria de Adilson Paes de Souza. A escolha por esses ângulos permite um aprofundamento do tema, apresentando uma visão mais holística dos desafios enfrentados em situações de violações dos direitos humanos, que envolvem não apenas os aspectos legais, mas também as questões éticas, sociais e culturais, a exemplo do que discute Katarzyna Górka no artigo "Mortes Sistêmicas: o serviço de antropologia forense no Brasil e a questão dos direitos humanos".

¹ Núcleo de Antropologia Forense (NUAF) da Perícia Forense do Estado do Ceará (PEFOCE) e Laboratório de Bioarqueologia Translacional (LABBAT), Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil. E-mail: arqueologiasobradinho@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9218-8615>.

² Núcleo de Antropologia Forense (NUAF) da Perícia Forense do Estado do Ceará (PEFOCE) e Laboratório de Bioarqueologia Translacional (LABBAT), Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil. E-mail: werneckfrota@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6711-3140>.

³ Laboratório de Bioarqueologia Translacional (LABBAT), Universidade Federal do Ceará (UFC). Brasil. E-mail: allyssonallan@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5322-1785>.

A parte sobre o direito à vida é uma das mais impactantes do livro, uma vez que aborda o cerne do conceito de direitos humanos. O direito à vida, em sua essência, está ligado à proteção de indivíduos contra os atos arbitrários de violência e perseguição, o que leva a discussões sobre a legitimidade do uso da força pelo Estado e sobre as condições que, de fato, garantem esse direito em um contexto de violência sistêmica. Essa seção reflete a urgência de se proteger a dignidade humana e levanta questões sobre o papel do Estado na promoção de segurança e na prevenção de atos violentos. No cerne dessa discussão, o artigo chamado “Desaparecidos: o desafio forense e acadêmico para pensar problema social e seus dilemas políticos”, de autoria Dijaci David de Oliveira e colaboradores, ilustram bem essas nuances.

Outro ponto relevante que a obra aborda é a importância da antropologia forense na busca pela verdade e pela justiça em casos de violações dos direitos humanos. A contribuição dos antropólogos forenses é imprescindível na identificação de vítimas de desaparecimentos forçados e na reconstituição dos eventos que levaram às violações, especialmente em contextos de repressão política e violência institucional. O trabalho desses profissionais transcende a investigação científica, pois também é um instrumento fundamental para garantir o reconhecimento e a dignidade das vítimas, auxiliando no processo de reparação social e jurídica. Sobre essa discussão, os artigos da Profa. Eugênia Cunha intitulados “O cenário dos direitos humanos sob a perspectiva da Antropologia Forense no Brasil” e o trabalho do Prof. Douglas H. Ubelaker “Direitos Humanos e Antropologia Forense”, fornecem questões extremamente pertinentes e atuais sobre essa discussão e a necessidade de se falar sobre esses dilemas e desafios constantes.

A obra também faz uma reflexão crítica sobre as deficiências dos sistemas judiciais e as falhas nos mecanismos de justiça internacional na punição dos responsáveis por violações de direitos humanos. Sob essa ótica, o artigo “Corte interamericana de direitos humanos, desaparecimentos forçados e direitos econômicos, sociais e culturais: o caso brasileiro”, de autoria de Ariel Dulitzky, e a pesquisa “Direitos humanos, um tensionamento político necessário para o enfrentamento de violações da dignidade humana”, de autoria da própria Prof. Plens, ampliam o leque de informações e reflexões necessárias sobre o tema e a problemática, especialmente em escala nacional. É evidente que, muitas vezes, a impunidade e a morosidade processual comprometem a efetiva reparação das vítimas e a consecução de justiça. Em muitos dos artigos disponíveis na obra, os autores discutem, com profundidade, como as normas e convenções internacionais precisam ser mais eficazes, e como os Estados devem ser responsabilizados por suas falhas em garantir a proteção dos direitos humanos, especialmente em contextos de repressão política e conflitos armados.

Um dos aspectos que mais se destaca na obra é a análise das limitações do direito internacional e da dificuldade de implementação de políticas eficazes em contextos em que os direitos humanos são sistematicamente violados. A exemplo dessa discussão é importante acompanhar o trabalho “O papel da ABRAF quanto aos direitos humanos e sociedade”, de autoria de Aluisio T. Filho. O autor e os colaboradores propõem um exame rigoroso das convenções e tratados internacionais, analisando sua aplicação nos tribunais e suas limitações práticas, o que gera uma reflexão crítica sobre a eficácia real dessas ferramentas normativas para

garantir os direitos das vítimas. Em se tratando dessa discussão e em especial ao caso brasileiro, o artigo “Tratamento jurídico do desaparecimento forçado no Brasil: direito internacional dos direitos humanos e regulação interna em matéria de dever de investigar e de direito penal”, assinado por Carla Osmo e Maíra Zapater, serve de alento e de esclarecimentos.

Além disso, a obra também dedica atenção à interseção de fatores sociais, políticos e culturais que contribuem para a perpetuação das violações de direitos humanos. Esses fatores são considerados elementos centrais para a compreensão do contexto no qual essas violações ocorrem. A análise das dinâmicas de poder e a forma como a discriminação racial, de gênero e a pobreza estruturam as situações de vulnerabilidade das vítimas são elementos abordados de maneira enriquecedora, especialmente nos capítulos intitulados “Direitos humanos: a direito à vida das populações negras, periféricas e carcerária no Brasil”, de autoria das pesquisadoras Luana de Paula e Jacqueline Sinhoretto, assim como o trabalho da Dra. Plens em que ela discute a política de violações de direitos humanos que culminaram na retirada sistêmica do direito à vida das populações indígenas no Brasil.

Em relação à qualidade dos textos, é possível notar que a coletânea se destaca pela clareza e pela profundidade das discussões; essa coerência e organização estão relacionadas à competência dos autores convidados – reflexo de anos de dedicação a essas linhas de pesquisas – que, embora focadas em aspectos técnicos e acadêmicos, são acessíveis para um público interessado no tema, incluindo ativistas, estudantes, e profissionais da área e de campos distintos desse tipo de conhecimento. Também, é importante considerar que a articulação entre os diferentes autores é eficiente, com as seções da obra se complementando de forma coesa, sem perder de vista o objetivo central: a busca por uma análise aprofundada das questões ligadas ao direito à vida e à justiça no contexto das violações de direitos humanos no Brasil, na América Latina e também no mundo.

No entanto, apesar de a obra ser vasta e bem estruturada, algumas sugestões podem ser apontadas. Por um lado, a grande diversidade de temas abordados, embora seja um ponto positivo, também pode ser vista como uma limitação, já que a profundidade de algumas discussões acaba sendo comprometida pela abrangência da obra. A inclusão de capítulos focados em contextos específicos de países ou regiões poderia enriquecer ainda mais a compreensão das particularidades de cada cenário, permitindo que pesquisadores locais utilizem esses modelos para nortear ou melhorar parte das suas investigações do ponto de vista local/regional.

Por fim, é inegável que a obra “Direitos Humanos sob a Perspectiva do Direito à Vida, da Antropologia Forense e da Justiça no Caso de Violações” precisa ser vista como um livro fundamental, obrigatório e extremamente atual nessa discussão, especialmente para todos que buscam entender as complexas interações entre os direitos humanos, o direito à vida e os mecanismos de justiça, e os suportes que as muitas áreas correlatas podem fornecer, em especial a antropologia forense. Sua riqueza de perspectivas e a colaboração entre diversos pesquisadores, com carreiras e pesquisas já consolidadas nessas temáticas e problemáticas, proporcionam uma análise robusta e multifacetada do tema, tornando-a uma leitura indispensável para

estudiosos, estudantes, profissionais da área e curiosos. Felizmente, a obra faz um importante trabalho de sensibilização sobre as questões mais urgentes que envolvem a proteção dos direitos humanos no contexto atual.